MARIA FERNANDA CASTANHEIRA SAAB

***RECALL* DE PRODUTOS NO BRASIL: DO SURGIMENTO DO
INSTITUTO À SUA APLICAÇÃO**

Dissertação de Mestrado

Orientadora Professora Titular Dra. Teresa Ancona Lopez

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2018

MARIA FERNANDA CASTANHEIRA SAAB

***RECALL* DE PRODUTOS NO BRASIL: DO SURGIMENTO DO
INSTITUTO À SUA APLICAÇÃO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Civil, sob a orientação da Professora Titular Dra. Teresa Ancona Lopez

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2018

A Deus, pela vida e saúde.

*Aos meus queridos pais, Nacib e Ana Cristina, pela
educação, incentivo e carinho.*

*A minha irmã, Maria Estela, por ser o melhor
exemplo que eu poderia ter.*

*Ao Theo, por todo o amor, paciência e
compreensão.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Professora Dra. Teresa Ancona Lopez, pela confiança depositada desde sempre em mim, pela acolhida na pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FADUSP) e por todos os preciosos ensinamentos que contribuíram para a realização do presente trabalho.

Agradeço igualmente a todos os amigos do Magalhães e Dias – Advocacia, em especial à Lucia Ancona Lopez de Magalhães Dias e ao Cristiano Rodrigo Del Debbio, por terem me introduzido no mundo do Direito do Consumidor e por terem me proporcionado trabalhar com o tema ora objeto deste estudo.

Agradeço aos meus pais, Nacib e Ana Cristina, por todo o amor, empenho em minha formação e apoio incondicional. Agradeço também à minha irmã Maria Estela, maior e melhor exemplo que eu poderia ter, tanto para minha formação como para a vida.

Por fim, agradeço ao meu querido Theodoro, companheiro de uma vida pela frente, que compreendeu a minha ausência, sobretudo em momento tão delicado de sua vida. A ele, todo o meu amor e dedicação.

RESUMO

SAAB, Maria Fernanda Castanheira. *Recall de produtos no Brasil: do surgimento do instituto à sua aplicação*. Janeiro/2018. 193 fls. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, Janeiro/2018.

O instituto do *recall*, embora sem estar expressamente previsto, com esta denominação, no Código de Defesa do Consumidor, vem se mostrando um mecanismo de grande relevância para a prevenção de danos, em atenção ao princípio da segurança dos produtos inseridos no mercado de consumo. Nos últimos anos, os números de chamamento têm crescido exponencialmente no país, mas ainda é possível verificar certo preconceito dos consumidores quando empresas iniciam o processo de *recall*, sobretudo fora do segmento da indústria automobilística, no qual a comunicação de processos de chamamento acontece com maior frequência. À luz deste cenário, o presente estudo possui como principal objetivo analisar o instituto do *recall* na legislação e jurisprudência brasileira, com especial atenção para conceitos e pontos controvertidos. Para tanto, fazemos inicialmente uma análise sobre as origens do *recall*, o seu conceito e a sua introdução no ordenamento jurídico pátrio como mecanismo de alertar as autoridades e os consumidores sobre a inserção de produto defeituoso no mercado, visando a sua retirada de circulação e a prevenção de danos. Em seguida, passamos à reflexão sobre a principiologia envolvida no chamamento de produtos, que acaba por se confundir com os próprios princípios que regem as relações de consumo. Ato seguinte, analisamos as hipóteses legais para a realização do *recall* na legislação brasileira, abordando alguns conceitos essenciais para a compreensão do instituto, sobretudo à luz de casos práticos verificados na jurisprudência. Passamos, então, para a análise do procedimento do *recall* em si, trazendo reflexão para temas ainda controvertidos, tais como o prazo para o início do chamamento, a necessidade de realização de *recall* no caso de sabotagem de produtos, os prazos e termos finais para que o chamamento seja encerrado de forma satisfatória efetiva e as consequências para o consumidor no caso de não atendimento ao procedimento de *recall*. Por fim, buscamos analisar a responsabilidade do fornecedor no caso da realização ou não do *recall* de produtos, sua responsabilidade frente aos danos causados aos consumidores antes ou após

a comunicação do chamamento e, ainda, sua responsabilidade ainda que não verificados quaisquer acidentes de consumo, mas apenas a exposição dos consumidores a risco. Finalmente, analisamos a possibilidade da comunicação do *recall* gerar, por si só, qualquer indenização em âmbito coletivo, as sanções administrativas e penais decorrentes da não realização do chamamento e a possibilidade de celebração de Termos de Ajustamento de Conduta com autoridades e a sua natureza.

Palavras-chave: Direito do consumidor. Produtos. Recall. Chamamento. Princípios. Periculosidade. Nocividade. Defeito do produto. Risco. Responsabilidade objetiva.

ABSTRACT

SAAB, Maria Fernanda Castanheira. *Product Recall in Brazil: from the emergence of the institute to its application*. January/2018. 193 pgs. Master Degree – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, January/2018.

The *recall* institute, although not expressly provided under this name, in the Consumer Defense Code, has proved to be a highly relevant mechanism for damages prevention, in accordance with the principle of product safety in consumer market. In recent years, product recall numbers have grown exponentially in the country, but it is still possible to see a certain prejudice from consumers when companies start the *recall* process, especially when it involves another industry than automotive industry, in which the communication of *recall* processes happens with greater frequency. Considering this scenario, the main objective of this study is to analyze the *recall* institute under Brazilian legislation and case law, with special attention to controversial concepts and points. To do so, we initially analyze the origins of product recall, its concept and its introduction into the country's legal system as a mechanism to alert authorities and consumers about the insertion of defective products in the market, aiming their withdrawal from circulation and prevention of damage. Next, we turn to the reflection of the princiology involved in product recalls, which ends up being confused with the very principles that govern consumer relations. Next, we analyze the legal hypotheses for the product recall in the Brazilian legislation, addressing some essential concepts for the understanding of the institute, especially in the light of practical cases verified in the case law. We then proceeded to analyze the product recall procedure itself, reflecting on controversial issues such as the deadline for its initiation, the need for product recall in the event of product sabotage, deadlines and final terms for that the product recall is terminated in a satisfactory and effective way and the consequences for the consumer in case of non-attendance to the product recall procedure. Finally, we seek to analyze the responsibility of the supplier in the event of performing or not a product recall, its responsibility for the damages caused to consumers before or after the communication of the product recall and also its responsibility even if any accidents of consumption are verified, but only the exposure of consumers to risk. Finally, we analyze the possibility of the communication of product recall to

generate, in and of itself, any indemnification in a collective scope, the administrative and penal sanctions resulting from the non-fulfillment of the product recall and the possibility of concluding Terms of Adjustment of Conduct with authorities and their nature.

Keywords: Consumer law. Products. Product Recall. Principles. Hazard. Harmfulness. Product defect. Risk. Strict Liability.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS ACERCA DO <i>RECALL</i> DE PRODUTOS	17
1.1. As origens do <i>recall</i> no direito brasileiro e a inspiração do direito estrangeiro para o chamamento de produtos no Código de Defesa do Consumidor	17
1.2. Conceito de <i>recall</i> de produtos	25
1.3. Fundamentos do <i>recall</i> de produtos na legislação brasileira	27
2. APLICAÇÃO EFETIVA (E OBRIGATÓRIA) DOS PRINCÍPIOS DO CONSUMIDOR NO <i>RECALL</i> DE PRODUTOS	31
2.1. Princípios jurídicos próprios no <i>recall</i>	32
2.1.1. Princípio da vulnerabilidade do consumidor	32
2.1.2. Princípio da boa-fé objetiva	35
2.1.3 Princípio da conservação do negócio jurídico	38
2.1.4. Princípio da proteção da vida, saúde e segurança do consumidor	38
2.1.5. Princípio da informação	41
2.1.5.1. Dever de informação sobre o fornecimento de produtos e serviços nocivos ou perigosos	45
2.1.6. Princípio da efetiva prevenção e reparação dos danos	47
3. HIPÓTESE LEGAL PARA A REALIZAÇÃO DO <i>RECALL</i> DE PRODUTOS	50
3.1. O conceito de <i>nocividade</i> e <i>periculosidade</i> no Código de Defesa do Consumidor	52
3.1.1. As diferenças entre perigo e risco	55
3.2. O conceito de <i>defeito</i> no Código de Defesa do Consumidor	61
3.2.1. Distinção entre vício e defeito de produto e seus efeitos jurídicos	73
3.2.2. Espécies de defeito	78

3.2.2.1 Defeitos de projeto ou de concepção	78
3.2.2.2. Defeitos de produção ou de fabricação	81
3.2.2.3. Defeitos de informação	84
3.2.2.4. Riscos do desenvolvimento	87
3.3. Descabimento do <i>recall</i> em razão da inexistência de risco à saúde e segurança. Retirada do mercado, reparação e/ou recompra do produto pelo fornecedor (<i>buyback</i>)	
4. PROCEDIMENTO DO <i>RECALL</i> DE PRODUTOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	102
4.1. Prazo para a comunicação do <i>recall</i> : <i>comunicação imediata x prazo razoável</i>	107
4.2. Forma do anúncio de risco: Portaria do Ministério da Justiça n.º 487/2012 e Recomendação do GEPAC n.º 01/2013	116
4.3. Do caso específico de <i>recall</i> de alimentos: RDC ANVISA n.º 24/2015	119
4.4. Do caso específico de <i>recall</i> de medicamentos: RDC ANVISA n.º 55/2005	126
4.5. Obrigatoriedade de realização de processos de chamamento	128
4.5.1. Imposição do <i>recall</i> de produtos pelas Autoridades	131
4.5.2. Casos de sabotagem de produtos: necessidade de <i>recall</i> ?	133
4.6. Prazos e termos finais do <i>recall</i> de produtos: <i>questão ainda controvertida acerca do índice de efetividade do chamamento</i>	136
4.7. Não atendimento do chamamento por parte do consumidor: <i>possibilidade de ação regressiva contra o consumidor</i>	141
5. RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR NO <i>RECALL</i> DE PRODUTOS	145
5.1. Pressupostos da responsabilidade civil: <i>conduta, dano e nexo causal</i>	148
5.1.1. Pressuposto adicional para a responsabilidade pelo fato do produto: <i>defeito</i>	154

5.2. Danos sofridos <u>após</u> a comunicação do chamamento: <i>necessidade da comprovação dos pressupostos da responsabilidade civil (prova da aquisição do produto, do dano e de seu nexo com o produto defeituoso)</i>	155
5.3. Danos sofridos <u>antes</u> da realização do chamamento	157
5.4. Mera exposição a risco: <i>é possível a indenização quando não ocasionado dano?</i>	158
5.5. Realização de <i>recall</i> e o dano moral coletivo	161
5.5.1. Conceito de dano moral coletivo	162
5.5.2. Hipóteses de cabimento e a controvérsia acerca da indenização punitiva	165
5.6. Sanções administrativas e penais decorrentes da não realização do chamamento	169
5.7. Termos de Ajustamento de Conduta e a crítica sobre a dupla indenização administrativa	174
CONCLUSÃO	178
BIBLIOGRAFIA	183

INTRODUÇÃO

O instituto do *recall* foi introduzido no ordenamento jurídico pátrio no art. 10 da Lei n.º 8.078/90, mesmo que não tenha recebido esta denominação de forma expressa. No entanto, muito embora estivesse previsto na legislação desde os anos 1990, com a edição do Código de Defesa do Consumidor, o *recall* só passou a ser efetivamente regulamentado e fiscalizado pelas autoridades de defesa do consumidor cerca de uma década depois, com a edição da Portaria do Ministério da Justiça n.º 789, de 24 de agosto de 2001, do Ministério da Justiça, a qual regulou a forma de comunicação acerca da periculosidade de produtos já introduzidos no mercado de consumo.

Desde então, tem-se observado, ano após ano, o aumento significativo do número de chamamentos anunciados no país, bem como a diversificação dos produtos alvo do chamamento – nada obstante as comunicações ainda apresentem hegemonia no segmento da indústria automobilística. Todavia, em que pese o incremento substancial no número de *recalls* noticiados, algumas barreiras e controvérsias surgem na prática, sobretudo quando os produtos objeto do chamamento envolvem outros segmentos da indústria que não a automobilística, sendo o procedimento interpretado por consumidores e até mesmo por autoridades como um ato de negligência na fabricação e desenvolvimento de produtos.

À luz deste cenário, o presente estudo visa a desmistificar o instituto do *recall* e ressaltar a sua importância como um mecanismo de efetiva prevenção de danos, benéfico tanto aos fornecedores como aos consumidores. O processo de chamamento não deve ser compreendido como um ato ilícito de inserção de produtos defeituosos no mercado, mas sim como um mecanismo efetivo de prevenção de danos e proteção da saúde e segurança dos consumidores, que deve ser estimulado pelas autoridades de defesa do consumidor, observado e seguido pelos fornecedores e finalmente atendido pelos consumidores.

Isso porque, a responsabilidade civil no âmbito das relações de consumo

segue tendência de uma socialização de riscos¹, cuja consequência é, naturalmente, a responsabilização dos fornecedores de forma objetiva, isto é, a conduta a ser imputada ao fornecedor não há de ser caracterizada necessariamente como negligente, imprudente ou dolosa. Basta, assim, a demonstração da conduta de ter colocado produto no mercado, ou mesmo de ter participado da cadeia de fornecimento do bem como fabricante, produtor, construtor ou importador, e que este produto se mostre defeituoso – isto é, apresente uma falha de qualidade que comprometa a sua segurança, sendo passível de causar danos aos consumidores -, para que estejam preenchidos os pressupostos da responsabilidade civil de consumo.

O *recall* decorre especificamente de tal responsabilização e da garantia de que o fornecedor não deve inserir produtos que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança – evidentemente, a segurança que se exige é aquela *razoável e esperada* por todos, considerando as características e funções do produto. Uma vez sendo constatado o defeito de produto inserido no mercado, o fornecedor tem o dever legal de iniciar o processo de chamamento, consistente no anúncio por meio de campanha publicitária do risco envolvendo seu produto, a fim de alertar as autoridades e prevenir a sociedade de acidentes de consumo.

Para que o instituto possa ser perfeitamente compreendido e analisada a sua aplicação prática, partiremos de sua análise conceitual histórica e posterior introdução no direito brasileiro, a partir da edição do Código de Defesa do Consumidor, como consequência da necessidade da proteção dos consumidores no que tange à segurança dos produtos inseridos no mercado de consumo, passando pela análise de seus fundamentos no ordenamento jurídico pátrio.

Em seguida, examinaremos de forma cuidadosa os princípios jurídicos que informam o instituto do *recall*, nos quais vislumbramos uma possível confusão com os próprios princípios que norteiam as relações de consumo.

¹ MIRAGEM, Bruno Nubens Barbosa. Direito civil: responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 503.

Ato seguinte à análise principiológica, verificaremos as hipóteses legais para a realização do *recall* de produtos que não ofereçam a segurança que deles se legitimamente espera. Neste campo específico, faz-se necessária a distinção conceitual entre o vício – produto que não atende às expectativas dos consumidores no que tange à adequação do bem às finalidades a que se destina - e o defeito do produto – externalização do vício de qualidade e adequação que compromete a segurança esperada do produto e atinge a incolumidade física, psicológica, patrimonial ou extrapatrimonial do consumidor, acarretando acidentes de consumo. Neste particular, buscaremos analisar, ainda, as espécies de defeito que devem ser consideradas para a realização de um processo de chamamento e as medidas disponíveis ao fornecedor para sanar vício de produto sem que esteja obrigado a realizar o *recall*.

Analisadas as hipóteses legais, passaremos, então, a abordar o procedimento do *recall* propriamente dito à luz do Código de Defesa do Consumidor e legislação complementar, passando a analisar algumas controvérsias que são reiteradamente observadas na prática, tais como o prazo para o início da comunicação do chamamento, a forma de realização de *recalls* de produtos que envolvem segmentos da indústria que são regulamentados de forma própria, como é o caso dos alimentos e medicamentos, ambos submetidos à fiscalização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, os prazos e termos finais para que o chamamento possa ser encerrado de forma satisfatória e as consequências para os consumidores que não atende ao processo de *recall*.

Por fim, pretendemos analisar a responsabilidade do fornecedor diante de situação que exige a comunicação de um chamamento. Faz-se pertinente, contudo, distinguir a responsabilidade dos fornecedores que conduzem o *recall* nos exatos termos da lei daqueles que não o conduzem ou mesmo o realizam de forma incompleta e/ou inadequada. A análise de tal responsabilidade, ademais, abordará as searas civil, administrativa e penal.

Neste contexto, para o estudo aqui proposto, pretendemos analisar doutrina e jurisprudência nacional e estrangeira sobre o tema, sobretudo para que possamos endereçar alguns pontos, como dito, controversos na atuação prática e

fornecer possíveis soluções para eventuais lacunas e limitações existentes em nosso ordenamento jurídico.

Em suma, a presente dissertação de mestrado, “*Recall de Produtos no Brasil: do surgimento do instituto à sua aplicação*”, pretende analisar o tema e abordar conceitos nele envolvidos para uma melhor apreensão e manuseio jurídico do tema.

CONCLUSÃO

Consoante antecipado na introdução deste estudo, o instituto do *recall* encontra-se normatizado de forma inequívoca no art. 10, §§1º e 2º do Código de Defesa do Consumidor, embora sem esta denominação expressa, e decorre de uma cumulação de princípios que norteiam as próprias relações de consumo, sobretudo do reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor, do princípio da boa-fé objetiva, da conservação do negócio jurídico, da proteção da vida, saúde e segurança do consumidor, da prestação de informação aos consumidores e da efetiva prevenção e reparação de eventuais danos decorrentes da colocação de produtos no mercado que não tenham oferecido a segurança que deles se esperava. Sua introdução no ordenamento jurídico pátrio se deu em decorrência da evolução da responsabilidade civil observada em âmbito mundial e teve forte influência do direito norte-americano e europeu.

O Código de Defesa do Consumidor, neste particular, não disciplina de forma exaustiva o modo como o *recall* deve ser feito, mas apenas dispõe que, sendo constatado o defeito de determinado produto após a sua distribuição no mercado, o fornecedor deverá comunicar tal fato imediatamente às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários em rádio, televisão e jornal. O procedimento do *recall* propriamente dito é disciplinado por meio de portarias normativas e legislação complementar, emanada sobretudo por agências reguladoras competentes e responsáveis por determinados segmentos da indústria. Entendemos ser, de fato, a forma mais correta da regulamentação do procedimento do *recall*, notadamente porque a Lei n.º 8.078/90 consiste em norma principiológica, que deve apenas dispor sobre as regras e princípios gerais que devem ser observados nas relações de consumo.

Durante o desenvolvimento do trabalho, percebemos o *recall* como uma importante ferramenta para a prevenção de danos, sobretudo quando considerado que vivemos em um mundo cada vez mais automatizado, tecnológico e de consumo imediato e em massa, cuja tendência é de que eventuais falhas de segurança sejam observadas de forma mais frequente, cabendo ao fornecedor agir de forma imediata

para a retirada de produtos defeituosos no mercado e alertar de forma completa, suficiente e eficientemente à sociedade acerca dos riscos aos quais está exposta.

Percebemos, ainda, que o *recall* deve ser conduzido sempre que constatado um defeito - e não um vício, notadamente porque não há, neste caso, a exposição do consumidor a risco no que tange à sua saúde ou segurança, mas apenas um desvirtuamento de qualidade do produto à finalidade a qual ele se destina, devendo o fornecedor proceder à substituição do produto, ao seu conserto, à devolução da quantia paga ou ao abatimento proporcional do preço - de qualquer espécie, isto é, seja ele de projeto ou de concepção, de produção ou de fabricação ou, ainda, de informação. No que tange aos riscos do desenvolvimento, entendemos que o fornecedor deverá informar os consumidores acerca de eventual risco descoberto após a introdução do produto no mercado e proceder à retirada da mercadoria de circulação. Não restará, contudo, vinculado à realização do *recall* nos termos do art. 10, §§1º e 2º, do CDC, tendo em vista que, à época de sua colocação no mercado, o defeito era desconhecido de toda a comunidade técnica e científica. De qualquer forma, lembramos que o fornecedor restará sempre vinculado à reparação dos eventuais danos causados em âmbito individual.

O *recall* pode ser realizado de forma voluntária pelo fornecedor, por determinação legal ou judicial, podendo ser pleiteado inclusive de forma individual ou coletiva, por meio do ajuizamento de ação de obrigação de fazer consistente na realização do chamamento

No que tange especificamente ao procedimento de *recall*, apuramos que há algumas lacunas na legislação e que deveriam ser objeto de melhor aprofundamento pelas autoridades competentes. É o caso, por exemplo, do prazo para a comunicação do *recall* que, muito embora esteja previsto na legislação como um dever *imediato* do fornecedor, deveria ser compreendido como *prazo razoável*, à luz das circunstâncias de cada caso em concreto, tendo em vista que cada chamamento demandará um procedimento e uma atuação própria por parte do fornecedor.

Da mesma forma, entendemos haver lacuna na legislação e na própria jurisprudência administrativa acerca dos prazos e termos finais da comunicação do *recall*. Isso porque, a Secretaria Nacional do Consumidor – órgão responsável pela fiscalização de todo e qualquer procedimento de chamamento – tem por prática o encerramento dos processos de *recall* apenas quando atingido índice de 100% de efetividade na comunicação. Todavia, é muito improvável que todos os comunicados atinjam referido índice de sucesso, notadamente porque muitos consumidores simplesmente deixam de utilizar o produto ou o descartam sem entrar em contato com a empresa, sobretudo quando o produto objeto do *recall* é perecível e de baixo valor agregado. Acreditamos, neste particular, que outros fatores devem ser considerados pelas autoridades para o encerramento das campanhas, dentre eles o lapso temporal transcorrido desde a data da comunicação inicial do chamamento, a natureza e características do produto (se perecível e de baixo valor agregado), a gravidade dos riscos envolvidos, o prazo de validade do bem objeto do *recall* e, por fim, a conduta do fornecedor e a forma de divulgação do aviso de risco.

Vislumbramos, ainda, lacuna quanto à possíveis consequências aos consumidores que, muito embora informados acerca do chamamento, deixam de atender ao *recall*. Nestes casos, nada obstante entendermos não ser possível a responsabilização do consumidor, seria o caso de apurar sua culpa concorrente no caso de acidentes de consumo. Para tanto, sugere-se aos fornecedores que mantenham registros de todos os anúncios realizados e contatos pessoais mantidos com o consumidor, caso isso seja possível a depender da natureza do produto envolvido no chamamento.

Por fim, no tocante à responsabilização dos fornecedores quanto à colocação de produtos defeituosos no mercado, concluimos que há dois tratamentos distintos a serem dados àqueles fornecedores que conduzem o *recall* nos exatos termos da lei e àqueles que o conduzem com desídia, de forma incompleta ou inadequada ou, ainda, que simplesmente não o conduzem. No primeiro caso, entendemos que não há que se falar em qualquer responsabilização em âmbito coletivo ou de natureza administrativa ou penal, cabendo apenas à reparação dos eventuais danos individualmente causados. Para o segundo caso,

entendemos que devem ser analisadas as circunstâncias de cada caso em concreto à luz da conduta do fornecedor desde o conhecimento do defeito até a decisão de comunicação ou não do procedimento de chamamento. Caso constatado que o fornecedor agiu com dolo ou mesmo culpa grave na omissão do defeito, na demora injustificada para a realização do chamamento ou, ainda, na condução do processo de chamamento, nada impede que a conduta seja sancionada em âmbito civil, administrativo e criminal, inclusive sob a ótica do dano coletivamente causado.

Entendemos, ainda, que a reparação por parte dos fornecedores deve se dar na exata medida dos danos causados aos consumidores, tenham eles ocorridos anterior ou posteriormente à realização do *recall*, não devendo a indenização assumir natureza punitiva, sob pena de violar o princípio do *ne bis in idem*, na medida em que a conduta do fornecedor poderá, como visto, ser sancionada do ponto de vista administrativo e criminal.

Em relação a este ponto, entendemos que o *recall* não pode e não deve ser interpretado como ato ilícito *per se*, na medida em que consiste justamente no cumprimento da lei no que tange à prevenção de acidentes de consumo, em atenção à necessidade de proteção da saúde e segurança dos consumidores. A sua realização, portanto, é a segurança de que a lei está sendo cumprida, não podendo ser interpretado como um ato de pura negligência do fornecedor – notadamente porque empresas negligentes e violadoras das normas consumeristas, em regra, sequer dariam início ao chamamento.

Por fim, analisamos o fato de os Termos de Ajustamento de Conduta celebrado com órgãos colegitimados poderem endereçar, a um só tempo, a controvérsia em âmbito civil e administrativo, o que obstaria a investigação e a imposição de nova sanção ao fornecedor, em atenção à segurança jurídica e ao princípio do *ne bis in idem*. Concluímos que cada caso de *recall* é único, e igualmente assim será com os compromissos assumidos, devendo, pois, ser analisados individualmente pelas autoridades.

À luz de tais conclusões, entendemos ser de inegável importância a realização do processo de *recall*, que se mostra benéfico tanto aos fornecedores como à própria sociedade em geral, na medida em que consiste em instrumento efetivo de prevenção de danos e que não afasta, em nenhuma hipótese, o dever de reparação de todo e qualquer prejuízo sofrido pelos consumidores em decorrência da introdução de produto defeituoso no mercado. Referido instrumento, portanto, longe de ser interpretado como ato ilícito ou como reconhecimento de conduta negligente do fornecedor, deve ser estimulado pelas autoridades públicas e atendido pelos consumidores tão logo divulgado pelo fornecedor, como forma de eliminação do risco ao qual estão expostos.

BIBLIOGRAFIA

ABDULMASSIH, Chedid Georges. *O recall como instrumento das relações de consumo*. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. São Paulo, 2005.

ALMEIDA, João Batista de. *A proteção jurídica do consumidor*. 2. ed. rev. atual. e ampl.. São Paulo: Saraiva, 2000.

ALPA, Guido; BESSONE, Mário. *La responsabilità del produttore*. Milano: Giuffrè, 1987.

ANDRADE, André Gustavo Corrêa de, **Dano moral e indenização punitiva**, Rio de Janeiro, Forense, 2006, p. 65.

ANTUNES VARELA. *Das obrigações em geral*. 10. ed. Coimbra: Almedina, 2000, v. I.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Novos Estudos e Pareceres de Direito Privado*. São Paulo: Saraiva, 2009.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Por uma nova categoria de danos na responsabilidade civil*. In: Filomeno, José Geraldo Brito; Wagner Júnior, Luiz Guilherme da Costa; Gonçalves, Renato Afonso, coords. *O código civil e sua interdisciplinaridade: os reflexos do código civil nos demais ramos do direito*, Belo Horizonte : Del Rey, 2004.

BARBOSA, Fernanda Nunes. *Informação: direito e dever nas relações de consumo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcelos *et al*, *Comentários ao Código de Proteção do Consumidor*, São Paulo: Saraiva, 1991.

BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. *Manual de Direito do Consumidor*, 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

BEN-SHAHAR, Omri. *How Liability Distorts Incentives of Manufacturers to Recall Products*. Paper #05-002, John M. Olin Center for Law & Economics – University of Michigan, 2004.

CALIXTO, Marcelo Junqueira. *A responsabilidade civil do fornecedor de produtos pelos riscos de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

CANARIS, Calus Wilhelm. *Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito*. Antonio Menezes Cordeiro (trad.). Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1996.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COELHO, Fabio Ulhoa. *O empresário e os direitos do consumidor: o cálculo empresarial na interpretação do Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Saraiva, 1994.

COUTO E SILVA, Clóvis. *O princípio da boa-fé no direito brasileiro e português*. I Jornada Luso-Brasileira de Direito Civil. São Paulo: RT, 1980.

COSTA, Judith Martins. *A boa-fé no direito privado: sistema e tópica no processo obrigacional*.

CURY, Renato José. *O recall no Código de Defesa do Consumidor*. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. São Paulo: 2011.

DONNINI, Rogério Ferraz. *Responsabilidade pós-contratual no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Saraiva, 2004.

FILOMENO, José Geraldo Brito. *O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto*. [et. al.] 8. ed., rev. ampl. e atual., Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *O direito de antena em face do direito ambiental no Brasil*. Saraiva, 2000.

FRADERA, Vera Maria Jacob de. *O dever de informar do fabricante*. In: RT, vol. 656.

GOMES, Marcelo Kokke. *Responsabilidade civil: dano e defesa do consumidor*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

GONÇALVES, Caroline Visentini Ferreira. *The role of suppliers in ensuring compliance with consumer law when conducting a worldwide recall*. In: MARQUES, Claudia Lima; PEARSON, Gail; RAMOS, Fabiana (coords.). *Consumer Protection: Current Challenges and Perspectives*. Porto Alegre: Orquestra, 2017.

GONÇALVES, Tamara Amoroso; MELO, Thaísa. *Recall no Brasil: desafios e perspectivas*. In: Revista dos Tribunais, v. 960, p. 41-57, out. 2015.

GRINOVER, Ada Pellegrini *et. al.* Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto. 10. ed. revista, atualizada e reformada. Rio de Janeiro: Forense, 2011, vol. 1, Direito Material (arts. 1º a 80 e 105 a 108).

HARMON, Jason; NEWSTEAD, Alison; ROSS, Devin (coord.). *Product Recall 2018*. 9. ed. Londres: Law Business Research, 2017.

HENDERSON, *Manufacturers liability for defective design: a proposed statutory reform*, in Carolina lawreview”, 1978.

HOUAISS, Antonio e VILLAR, Mauro de Sales. Minidicionário Houaiss de língua portuguesa. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Verbete nocividade.

HOUAISS, Antonio e VILLAR, Mauro de Sales. Minidicionário Houaiss de língua portuguesa. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Verbetes periculosidade.

HOUAISS, Antonio e VILLAR, Mauro de Sales. Minidicionário Houaiss de língua portuguesa. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Verbetes recall.

LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. *A responsabilidade do fabricante pelo fato do produto*. São Paulo: Resenha Tributária, 1984.

LOPEZ, Teresa Ancona. *Nexo causal e produtos potencialmente nocivos – a experiência brasileira do Tabaco*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

LOPEZ, Teresa Ancona. *Princípio da Precaução e Evolução da Responsabilidade Civil*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

LUCAN, Maria Angeles Parra. *Daños por productos y protección del consumidor*, Bosch, 1990.

MARQUES, Claudia Lima; BENJAMIN, Antônio H.; MIRAGEM, Bruno. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. 4. ed. São Paulo: RT, 2013.

MARQUES, Claudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais*. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2011.

MARQUES, Claudia Lima. *Le droit de la consommation au Brésil à l'épreuve des OGM*. In: *Gastronomie, alimentation et droit: mélanges en l'honneur de Pierre Widmer*. Genebra: Institut Suisse de Droit Comparé, 2003.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros.

MIRAGEM, Bruno. *Curso de Direito do Consumidor*. 4ª ed. São Paulo: RT, 2013.

MIRAGEM, Bruno. *Direito civil: responsabilidade civil*. São Paulo: Saraiva, 2015.

MOKHIBER, Russel. *Crimes corporativos*. James F. S. Cook (trad.). 1. ed. São Paulo: Editora Página Aberta, 1995.

MORAES, Maria Celina Bodin de. *Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

MORSELLO, Marco Fábio. *Responsabilidade civil no transporte aéreo*. 1. ed. – 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

NERY, Ana Luiza de Andrade. *Compromisso de Ajustamento de Conduta*. São Paulo: RT, 2011.

NERY JÚNIOR, Nelson. Da proteção contratual. In: GRINOVER, Ada Pellegrini. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

NUNES, Rizzatto. *Curso de Direito do Consumidor*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PESSOA, Jorge Fernando Sândis. *Ensaio sobre os pressupostos da responsabilidade civil*. Coimbra: Almedina, 1995.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de Direito Privado*. Tomo 22. Campinas: Bookseller, 2003.

REALE, Miguel. *A Boa fé no Código Civil*. São Paulo: RT, 2003.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. *Responsabilidade civil no Código do Consumidor e a defesa do fornecedor*. São Paulo: Saraiva, 2002.

SEGADE, Gomes. RJC, 1980, p. 153. Apud AGUADO, Josep Llobet I.. *El deber de información em la formación de los contratos*. Madrid: Marcial Pons.

SILVA, João Calvão. *Responsabilidade civil do produtor*, Coimbra: Almedina, 1999.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. *Direito Penal Empresarial: a omissão do empresário como crime*. Coleção Ciência Criminal Contemporânea. vol. 5. Cláudio Brandão (coord.). Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

SODRÉ, Marcelo Gomes. *Formação do Sistema Nacional do Consumidor*. São Paulo: RT, 2007.

SOUZA, James J. Marins de. *Risco de Desenvolvimento e Tipologia das Imperfeições dos Produtos*. In: Revista de Direito do Consumidor, vol. 6, abril/junho de 1993.

SPIER, Kathryn E. *Product Safety, Buybacks and the Post-Sale Duty to Warn*. Discussion Paper no. 597, Harvard Law School, 2009. Disponível em: http://www.law.harvard.edu/programs/olin_center/papers/pdf/Spier_597_Revised.pdf. Último acesso em 07.11.2017.

STOCO, Rui. *Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2007.

SZALLER, J.F. *Litigation Update: Baycol*, ATLA-CLE 495 (2003).

TARTUCE, Flávio e NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de Direito do Consumidor – Direito Material e Processual*, 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

TEPEDINO, Gustavo. *A responsabilidade civil por acidentes do consumo na ótica civil-constitucional*. Temas de Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

VEYRET, Yvette. *Os Riscos*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

WENIGER, Catherine. *La Responsabilité des Produits Pour les Damages Causés à um tiers au sein de la Communauté Eroopéenne*. Genève: Librairie DROZ, 1994.

ZWEIGERT, Konrad; KÖTZ, Hein. *Introduction to comparative law*. Oxford: Clarendon Press, 1998, p. 672.

Sítios Eletrônicos:

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1776380-anvisa-proibe-lote-de-extrato-de-tomate-com-pelo-de-roedor.shtml>. Último acesso em 20.12.2017.

<http://www1.valor.com.br/agro/3703500/anvisa-interdita-alimentos-produzidos-pela-cargill-com-pelo-de-roedor>. Último acesso em 20.12.2017.

<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>. Último acesso em 17.10.2017.

<https://blog.caranddriver.com/fca-codifies-buyback-incentive-programs-for-recalled-dodge-jeep-and-ram-trucks-and-suvs/>. Último acesso em 27.12.2017.

<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,pepsico-faz-recall-de-lotes-de-toddynho-com-acidez-de-produto-de-limpeza,782138>. Último acesso em 02.01.2018.

<http://caselaw.findlaw.com/ca-supreme-court/1774620.html>. Último acesso em 26.12.2017.

<https://www.cpsc.gov/Business--Manufacturing/Civil-and-Criminal-Penalties>. Último acesso em 08.11.2017.

<https://www.cpsc.gov/Newsroom/News-Releases/2016/Goodman-Co-Agrees-to-Pay-555-Million-for-Delay-and-Misrepresentation-in-Reporting-Fire-Hazard-Involving-Air-ConditionersHeaters>. Último acesso em 08.11.2017.

<https://www.cpsc.gov/Newsroom/News-Releases/2016/Gree-Agrees-to-Pay-Record-1545-Million-Civil-Penalty-Improve-Internal-Compliance-for-Failure-to-Report-Defective-Dehumidifiers>. Último acesso em 08.11.2017.

<https://www.cpsc.gov/Newsroom/News-Releases/2016/Jarden-Consumer-Solutions-Agrees-to-Pay-45-Million-Civil-Penalty-for-Failure-to-Report-Defective-Single-Cup-Coffeemakers>. Último acesso em 08.11.2017.

<https://www.cpsc.gov/Newsroom/News-Releases/2016/Philips-Lighting-North-America-Agrees-to-Pay-2-Million-Civil-Penalty>. Último acesso em 08.11.2017.

<https://www.cpsc.gov/Newsroom/News-Releases/2016/Teavana-Agrees-to-Pay-375-Million-Civil-Penalty-for-Failure-to-Report-Hazardous-Tea-Tumblers>. Último acesso em 08.11.2011.

<https://www.cpsc.gov/recalls?page=35>. Último acesso em 29.12.2017.

<https://extra.globo.com/noticias/economia/anvisa-proibe-venda-de-5-marcas-de-extrato-de-tomate-por-excesso-de-pelo-de-roedor-19803375.html>. Último acesso em 20.12.2017.

<http://www.fda.gov/AboutFDA/WhatWeDo/History/default.htm>. Último acesso em 15.10.2017.

<http://www.fda.gov/AboutFDA/WhatWeDo/History/CentennialofFDA/CentennialEditionofFDAConsumer/ucm093787.htm>. Último acesso em 18.12.2017.

<https://www.fda.gov/ForConsumers/ConsumerUpdates/ucm049070.htm>. Último acesso em 22.12.2017.

<https://www.fda.gov/Safety/Recalls/ArchiveRecalls/2016/default.htm>. Último acesso em 29.12.2017.

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/07/anvisa-proibe-venda-de-lotes-de-extrato-e-molho-de-tomate.html>. Último acesso em 20.12.2017.

<http://g1.globo.com/Noticias/Carros/0,,MUL401024-9658,00-VOLKS+ANUNCIA+QUE+FARA+RECALL+DO+FOX.html>. Último acesso em 22.12.2017.

<http://www.justica.gov.br/news/caso-fiat-stilo-montadora-propoe-acordo-a-senacon-e-encerra-processo-judicial>. Último acesso em 10.01.2018.

<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/consumidor/saude-e-seguranca/anexos/recall-guia-pratico-do-fornecedor.pdf>. Último acesso em 27.12.2017.

<https://law.justia.com/cases/federal/district-courts/FSupp/274/461/1574979/>. Último acesso em 27.12.2017.

<https://www.nhtsa.gov/recall-spotlight/takata-air-bags>. Último acesso em 10.10.2017.

<https://www.nhtsa.gov/sites/nhtsa.dot.gov/files/documents/annualvehiclerecallssince1996.pdf>. Último acesso em 29.12.2017.

<https://oglobo.globo.com/economia/defesa-do-consumidor/carne-fraca-recall-de-alimentos-instrumento-pouco-usado-no-brasil-21115139>. Último acesso em 29.12.2017.

<http://portal.anvisa.gov.br/documents/219201/2782895/Tabela+de+Valores+com+Desconto+-+Anexo+I+e+II+RDC+222-2006/cf478cf5-6ac3-4e83-ae3c-afac1d4cdd73>. Último acesso em 28.12.2017.

<http://portal.anvisa.gov.br/porte-de-empresa>. Último acesso em 28.12.2017.

<http://portal.mj.gov.br/recall/principal/detailRecall/175>. Último acesso em 20.12.2017.

<http://portal.mj.gov.br/recall/principal/detailRecall/390>. Último acesso em 06.11.2017.

<http://www.procon.sp.gov.br/recall.asp>. Último acesso em 18.12.2017.

<https://veja.abril.com.br/economia/unilever-anuncia-recall-de-suco-de-maca-ades/#>. Último acesso em 02.01.2018.

<https://www.youtube.com/watch?v=ZQGVAvdqOY4>. Último acesso em 10.01.2018.

Legislação:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1998. Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Último acesso em: 11.01.2018.

BRASIL. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm. Último acesso em: 11.01.2018.

BRASIL. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Último acesso em: 11.01.2018.

BRASIL. Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Último acesso em: 11.01.2018.

BRASIL. Portaria do Ministério da Justiça n.º 789, de 24 de agosto de 2001. Revogada pela Portaria do Ministério da Justiça n.º 487, de 15 de março de 2012.

BRASIL. Portaria do Ministério da Justiça n.º 487, de 15 de março de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 53, 16 mar. 2012. Seção I, p. 159.

BRASIL. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC da ANVISA n.º 24, de 08 de junho de 2015. Brasília, DF. Disponível

em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2968795/RDC_24_2015_COMP.pdf/d0d99450-1152-4f7a-91b9-1130fcb17fa2. Último acesso em: 11.01.2018.

BRASIL. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC da ANVISA n.º 55, de 17 de março de 2005. Brasília, DF. Disponível em: http://www.lai.pe.gov.br/c/publicador_repositorio_documento/get_file?p_l_id=15939&folderId=182733&name=DLFE-4326.pdf. Último acesso em 11.01.2018.